

ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO

**CONTRATO DE CONCESSÃO
ONEROSA DE USO Nº ____/2016,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS E A EMPRESA
_____, NA FORMA
ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei n.º 8.956, de 15/12/94, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 22.078.679/0001-74, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, *Campus* Universitário, Caixa Postal 3037, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Reitor, Professor **JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO**, brasileiro, casado, nomeado pelo Decreto Presidencial de 27 de abril de 2016, publicado no *Diário Oficial* da União de 28 seguinte, página 1, Seção 2, portador da Cédula de Identidade n.º 240.427, emitida pela SPC/ES e do CPF n.º 489.081.007-25, residente e domiciliado na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, na Rua Horácio de Carvalho, n.º 165, Centro, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada por seu (indicar o cargo/função), **Sr.** _____, brasileiro, (estado civil), portador da Cédula de Identidade n.º _____, emitida pela SSP/_____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º **23090.009691/2016-16** referente ao Edital da Concorrência n.º 008/2016, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO**, que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei n.º 6.120, de 15 de outubro de 1974, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, pela Resolução RDC n.º 79, de 28 de agosto de 2000 da ANVISA, e pelas demais legislações correlatas, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a concessão de uso de espaço público, a título oneroso, localizado na região central do campus da Universidade Federal de Lavras, com área construída estimada em 21,85m² (vinte e um inteiros, oitenta e cinco centésimos de metros quadrados), com vistas à prestação de serviços de

salão de beleza ou barbearia, em conformidade às especificações constantes neste Contrato, no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº 008/2016, Processo nº 23090.009691/2016-16 com seus Anexos e a **PROPOSTA** da **CONCESSIONÁRIA** vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA É DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, e terá eficácia após a publicação de seu extrato no *Diário Oficial* da União.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A concessionária fica obrigada a iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste contrato de concessão, com todas as adequações necessárias ao funcionamento do estabelecimento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo, observada a legislação aplicável à matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

A **CONCESSIONÁRIA** não poderá usar o imóvel para fim diverso ao estipulado na Cláusula Primeira, bem como não poderá transferir o bem, sob qualquer forma.

CLÁUSULA QUINTA É DA INFRAESTRUTURA

Entende-se por infraestrutura, as instalações físicas da área de concessão, bem como todos os seus bens e equipamentos necessários ao funcionamento. O espaço será entregue a concessionária, conforme especificações do Anexo XII do Edital e caberá a mesma executar as obras de acabamento conforme suas necessidades e desde que, atendidas as exigências do Item 7 e Item 8, contidas no Anexo do XII do Edital.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONCEDENTE** não fornecerá quaisquer equipamentos ou mobiliário, ficando sob a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** em providenciá-los.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter máquinas, utensílios, equipamentos e pessoal em quantidades compatíveis com a demanda, de forma a proporcionar um bom atendimento ao usuário.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A correta coleta, armazenagem e destinação do lixo tanto comum, quanto infectante são de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** e a suas custas.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização da comissão de fiscalização e Prefeitura

do Campus, serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer direito a ressarcimento à **CONCESSIONÁRIA**.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Por ocasião da rescisão do contrato as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da UFLA sem nenhum direito de ressarcimento à **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SEXTA É DA ALTERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO NAS ÁREAS DE CONCESSÃO

A **CONCESSIONÁRIA** poderá fazer alterações ou modificações que se fizerem necessárias para melhor adequar o espaço da área no atendimento aos usuários, desde que não altere a estrutura principal (primária) do estabelecimento utilizando-se de paredes falsas, fato este que imputará à **CONCESSIONÁRIA** a apresentação do(s) Projeto(s) Técnico(s), arquitetônico, de interiores, elétrico, estrutural, e demais projetos pertinentes, para análise e aprovação da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG) e da Prefeitura do Campus. As despesas decorrentes tanto da intervenção física na área de concessão quanto da elaboração do(s) projeto(s) técnico(s) necessário(s) ocorrerão à conta da **CONCESSIONÁRIA**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Caso a intervenção na estrutura seja autorizada não terá direito a **CONCESSIONÁRIA** a qualquer indenização, ficando as benfeitorias incorporadas ao patrimônio da UFLA.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Toda manutenção e/ou reparo nas instalações físicas decorrentes do uso e tempo de uso do espaço serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Nos serviços e reparos que porventura forem executados deverão ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, aprovados previamente pela PROPLAG e pela Prefeitura do Campus.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - É vedado alterar a fachada principal do estabelecimento, sendo obrigada, a **CONCESSIONÁRIA**, utilizar do padrão de comunicação visual da fachada estabelecido pela UFLA.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As manutenções decorrentes do tempo de uso ou de fatores externos ficarão por conta da **CONCESSIONÁRIA**. A manutenção abrange, entre outros, os seguintes itens:

- I. Água e esgoto;
- II. Tubos e conexões;
- III. Louças e metais;
- IV. Equipamentos, válvulas, sifões, etc.;
- V. Limpeza de caixa de gordura.
- VI. Energia;
- VII. Eletrodutos e conexões;
- VIII. Lâmpadas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, soquetes, etc;

SUBCLÁUSULA QUINTA - Na hipótese da comissão de fiscalização encontrar inconformidades na inspeção inicial ou outra inspeção qualquer, a

CONCESSIONÁRIA será notificada e terá prazo determinado para corrigir as irregularidades.

CLÁUSULA SÉTIMA É DAS BENFEITORIAS

Caso a obra seja autorizada, a **CONCESSIONÁRIA** não terá direito a qualquer indenização, ficando as benfeitorias incorporadas ao patrimônio da **CONCEDENTE**.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização legal e da PROPLAG e da Prefeitura Universitária, serão incorporadas ao imóvel. Por ocasião da rescisão deste Contrato, as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da **CONCEDENTE** sem nenhum direito de ressarcimento.

CLÁUSULA OITAVA É DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTROLE DE HIGIENE DO MATERIAL

A **CONCESSIONÁRIA** deverá se prontificar a executar, minimamente, os seguintes serviços:

Salão de Beleza

Item	SERVIÇOS E CLIENTELA FEMININA E MASCULINA	Unidade	R\$
1	Manicure	Serviço	
2	Pedicure	Serviço	
3	Corte de cabelo	Serviço	
4	Lavagem e secagem (secador) de cabelos	Serviço	
5	Escova em cabelos	Serviço	
6	Alisamento de cabelos com chapinha	Serviço	

ou

Barbearia

Item	SERVIÇOS	Unidade	R\$
A	De cabelo	Serviço	
B	De barba	Serviço	
C	De bigode	Serviço	

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A mão de obra empregada nos serviços a serem prestados deverá ser qualificada e em número suficiente ao atendimento da demanda.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Considerando a pluralidade da comunidade acadêmica da UFLA, ressalta-se que a concessionária deverá possuir mão de obra capacitada a atender todos os tipos e estilos de cabelos, sendo-lhe vedado recusar-se a atender clientes.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - É expressamente vedada a comercialização de:

- I. Bebidas alcoólicas;
- II. Artigos de tabacaria;
- III. Bilhetes lotéricos;
- IV. Caça níqueis;
- V. Jogos de azar, em geral;
- VI. Substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica (Lei 6.368/95);
- VII. Demais artigos e mercadorias estranhas à finalidade da concessão de uso.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Outros serviços poderão ser incluídos no contrato mediante anuência prévia e expressa da UFLA, ou de proposta desta, desde que os preços sejam, comprovadamente, compatíveis com os praticados no mercado local.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Caberá à concessionária, visando o controle de higiene dos serviços, observar os seguintes procedimentos mínimos exigidos:

- I. Os materiais, equipamentos e utensílios a serem usados nos serviços, deverão ser os recomendados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária . ANVISA e conforme os critérios adotados por ela, e os produtos com registro no Ministério da Saúde e com rótulo em língua portuguesa;
- II. ao utilizar instrumental cortante e/ou metálico, como: alicates, tesouras, lixas de metal, pinças, espátulas, pauzinhos de alumínio e pentes de alumínio, lavar sempre com água corrente, sabão e com auxílio de escovas, secar e esterilizar em autoclave;
- III. ao utilizar pentes, escovas, pincéis, rolinhos, piranhas, clipes, toucas e luvas de tingimento (a cada uso), deverá ser saneado, de preferência com auxílio de produtos específicos;
- IV. manter sempre materiais descartáveis para o serviço de manicure e pedicure, como: bacia ou touca para molho das unhas de mãos e pés, palito laranjeira para unha, lixa de papel e lixa d'água, assegurando ao cliente a higienização;
- V. os materiais e os instrumentos devem estar em perfeito estado de uso, sem ferrugem, descascamento ou deterioração;
- VI. adquirir produtos dentro do prazo de validade e monitorá-los periodicamente;
- VII. lâminas somente descartáveis e seu descarte deverá ser feito em um recipiente rígido, com tampa, inquebrável, de paredes lisas que deverá conter água sanitária, de forma que o material fique submerso. Lacrar e identificar como material contaminado;
- VIII. as toalhas de tecido utilizadas devem ser de cor clara e guardadas de forma organizada, em local seco e arejado, em prateleira ou armário. Devem ser lavadas em lavanderia ou de forma doméstica, com água e sabão e passadas a ferro quente;
- IX. não é permitido o uso de estufas ou fornos elétricos para esterilizar materiais.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Do uso do autoclave

- I. Alicates, pinças, afastadores, tesouras e demais materiais reutilizáveis, e que possíveis de fazê-lo, devem ser esterilizados após o uso. A esterilização é o processo que elimina todas as formas de vida microbiana.
- II. A esterilização deve ser precedida pela limpeza, realizada com água e sabão ou detergente, de forma manual ou automática, para remover sujeiras visíveis. Posteriormente, o material deve ser colocado na autoclave.
- III. Os equipamentos devem ser acondicionados em invólucros adequados, com etiqueta, informando a data em que foi realizado o procedimento, embalados individualmente ou em kits individuais.
- IV. As embalagens deverão conter um marcador termo-físico para comprovação do processo de esterilização.
- V. O tempo de exposição X temperatura+deverá atender às recomendações do fabricante.
- VI. A carga deve permitir a circulação de vapor nas embalagens.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Recomendações mínimas exigidas

- I. A reutilização de instrumentos sem a devida higienização implica riscos para os clientes, por isso deverão ser realizados os devidos procedimentos de limpeza e desinfecção necessários no ambiente e em equipamentos e utensílios para evitar contaminação.
- II. Em caso de acidentes (cortes ou bifos), interromper o processo, estancar o sangue com algodão embebido em álcool a 70% e trocar o alicate por outro esterilizado.
- III. É proibida aos profissionais de manicure e pedicure a extração de calos e de unhas encravadas e a indicação de uso ou aplicação de substâncias medicamentosas.
- IV. Poderão ser reaproveitados os recipientes de condicionador, gel, xampu, álcool.
- V. As máquinas de corte de cabelo deverão ser desinfetadas depois de cada uso, com algodão embebido em álcool à 70%, fazendo movimentos em sentido único (de dentro para fora), durante 10 minutos, com troca de algodão por três vezes;
- VI. A limpeza dos pentes da máquina de corte deve seguir a rotina abaixo:
 - i. lavagem com água e sabão para remoção de fios de cabelos;
 - ii. imersão em uma solução desinfetante (ver preparo de solução): hipoclorito de sódio a 1%, por 10 minutos;
 - iii. lavagem em água corrente abundante, seguida de borrifos de álcool a 70%;
 - iv. secagem à temperatura ambiente.
 - v. Os materiais não metálicos ou de plásticos (pentos, escovas, pincéis, rolinhos, aranhas, piranhas, toucas de reflexo, luvas de

tingimento, etc.) devem ser submetidos à seguinte rotina de limpeza e desinfecção, após cada uso:

- i. lavagem com água e sabão para remoção de cabelo, caspas ou piolhos, utilizando-se escova de cerdas duras para facilitar o trabalho;
- ii. imersão em solução desinfetante (ver preparo de solução): hipoclorito de sódio a 1%, por 10 minutos;
- iii. lavagem em água corrente e abundante, seguida de borrifos de álcool a 70%, as cerdas das escovas e pincéis terão maior durabilidade se forem, periodicamente, imersas em solução amaciante de roupas, por 5 minutos;
- iv. secagem à temperatura ambiente.

VII. As toalhas, lençóis e batas seguirão a seguinte rotina de limpeza e desinfecção, após cada uso:

- i. imersão em solução desinfetante que contenha hipoclorito de sódio a 1%, por 30 minutos;
- ii. enxaguar em água corrente abundante;
- iii. lavagem manual ou em máquinas de lavar roupas;
- iv. na impossibilidade de se utilizar soluções desinfetantes para o molho das roupas de cor, estas devem ser fervidas por 30 minutos, a contar do momento que se iniciar a fervura;
- v. os lençóis e batas poderão ser substituídos por materiais descartáveis;
- vi. as batas de nylon, plásticos ou similares, poderão ser desinfetadas com a solução de hipoclorito de sódio.

VIII. Os aventais e jalecos usados pelos funcionários seguirão a seguinte rotina diária de limpeza e desinfecção:

- i. imersão em solução desinfetante que contendo hipoclorito de sódio a 1%, por 30 minutos;
- ii. enxágue em água corrente abundante;
- iii. lavagem manual ou em máquinas de lavar roupas.

IX. Os materiais relacionados abaixo utilizados para o serviço de manicure e pedicure deverão ser descartáveis e abertos na frente do cliente:

- i. toalha de papel (a ser colocada por cima da toalha de tecido)
- ii. recipiente para molho das unhas das mãos ou touca plástica;
- iii. touca para bacia de molho dos pés;
- iv. pauzinho de laranjeira;
- v. lixa de papel e lixa d'água.

X. As poltronas, consoles, carrinhos de instrumentos, suportes de escovas e espelhos deverão ser:

- i. lavados e limpos diariamente, com água e sabão em pó ou outro produto de limpeza similar;
- ii. após secagem, desinfetar com solução de álcool a 70%, com auxílio de um pano rigorosamente limpo.

XI. O piso em geral, deverá ser:

- i. lavado e limpo, diariamente, com água e sabão em pó ou outro produto de limpeza similar;

- ii. após secagem, desinfetar com uma solução de hipoclorito de sódio, com auxílio de um pano rigorosamente limpo.
- XII.** Pias de cabelo e poltronas deverão ser limpas, a cada uso, com água e sabão, e desinfetadas com álcool à 70% ou hipoclorito de sódio a 1%, com auxílio de um pano rigorosamente limpo.
- XIII.** Recomenda-se, ao encarregado do serviço de limpeza e desinfecção, usar luvas de borracha durante a atividade, assim como lavar e desinfetar mãos, antebraço, cotovelos depois de cumprida a tarefa.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Preparo de Soluções (manter em potes fechados):

I. Hipoclorito de sódio a 1%:

- i. Finalidade: Desinfetante
- ii. Material necessário: água sanitária, água tratada e recipiente de plástico, com tampa destinado à imersão de instrumentos.
- iii. Modo de preparo: para cada parte de água sanitária deverá ser acrescida uma parte igual de água tratada.

CLÁUSULA NONA - DO EXPEDIENTE E DAS CONDIÇÕES GERAIS

O atendimento será franqueado a toda comunidade universitária, sendo permitido o acesso aos serviços por pessoas que não possuem vínculo com a UFLA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O horário de funcionamento deverá ser de, pelo menos, 8 (oito) horas diárias, excetuando-se deste cômputo o horário de almoço/descanso, de segunda a sexta-feira. Podendo prestar serviços aos sábados, até às 13 horas..

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os horários estabelecidos serão no mínimo os citados acima e poderão ser alterados , desde que aprovados pela Administração da Universidade Federal de Lavras.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A UFLA, por meio da comissão de fiscalização, mediante proposta de alteração dos horários, ou funcionamento em horários especiais, após análise, poderá rever os horários vigentes e/ou aceitar novas propostas de horário de expediente.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Durante o período de férias escolares será obrigatória a prestação dos serviços, situação esta em que o horário será previamente proposto pela **CONCESSIONÁRIA** e analisado pela comissão de fiscalização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Em casos especiais, a exemplo de datas de realização de concursos ou eventos, a UFLA poderá solicitar os préstimos da **CONCESSIONÁRIA**.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A área de Concessão só poderá ser utilizada para a finalidade definida no Projeto Básico.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - O funcionamento da área de concessão será objeto de fiscalização por parte da Vigilância Sanitária, órgãos fiscalizadores do Município, Estado, União e da própria UFLA.

SUBCLÁUSULA OITAVA - É obrigatório o uso de uniformes e crachá pelos funcionários do salão de beleza consoante às seguintes disposições:

- I. O crachá deverá constar, no mínimo, nome, função e fotografia do funcionário, e a identificação do empregador.
- II. Compõem o uniforme os seguintes itens: calçado, calças, camisas ou camisetas e proteção para cabelos (toucas e bibicos).
- III. O estilo e padrão dos uniformes ficarão a critério da concessionária, todavia deverão ser condizentes à execução das atividades e permanência em órgão público.
- IV. A utilização dos uniformes deverá ser em tempo integral durante a jornada de trabalho de todos os funcionários.
- V. Não será permitido o uso de bonés como proteção de cabelos.
- VI. O material a ser utilizado na confecção dos uniformes dos funcionários ficará a critério da **CONCESSIONÁRIA**, observando as adequações dos mesmos ao ambiente de trabalho bem como as normas de segurança e higiene de trabalho.

SUBCLÁUSULA NONA - Os funcionários da área de concessão deverão apresentar comportamento adequado no desempenho de suas atribuições, bem como atender aos usuários com educação, polidez, discrição, presteza, rapidez e eficiência.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - A comissão de fiscalização poderá solicitar o afastamento ou a substituição de qualquer funcionário da **CONCESSIONÁRIA** cuja atuação seja considerada inconveniente às normas internas da UFLA.

- I. Na hipótese prevista no subitem anterior, à **CONCESSIONÁRIA** e ao funcionário serão facultados os direitos de ampla defesa e contraditório.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nenhuma alteração na estrutura física das instalações poderão ser efetuadas sem o consentimento da comissão de fiscalização e Prefeitura do Campus.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Para fins de funcionamento na qualidade de salão de beleza ou barbearia será cobrado da **CONCESSIONÁRIA**:

- I. licença ou alvará sanitário expedido pelo órgão Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária, segundo legislação vigente;
- II. alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Lavras.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Deverão ser mantidas, a licença ou alvará sanitário e o alvará de funcionamento afixados em local facilmente visível ao público.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É vedado utilizar qualquer dependência do estabelecimento para fim diverso do licenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - PREÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os preços iniciais dos serviços serão aqueles estabelecidos no contrato de concessão.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A tabela de preços praticados deverá ser exposta em local de fácil acesso e visibilidade ao público.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os preços praticados deverão ser compatíveis com os preços de estabelecimentos comerciais, do mesmo ramo, situados na cidade de Lavras.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Periodicamente, ou sempre que houver reiteradas reclamações dos usuários, a comissão de fiscalização fará pesquisa de preços de mercado, por amostragem, dos itens comercializados na área de concessão e fará comparação com os preços do mercado local para verificar a condição estabelecida no item anterior.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Existindo discrepância nos preços praticados, a comissão de fiscalização concederá um prazo para que tais preços sejam adequados aos valores de mercado.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar, semanalmente, promoções de cunho financeiro de diferentes serviços e produtos disponíveis no estabelecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE LIMPEZA E HIGIENE DO LOCAL E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA

Será de responsabilidade integral da **CONCESSIONÁRIA** manter os ambientes internos e externos adjacentes ao estabelecimento, devidamente limpos e higienizados, devendo realizar o mais adequado acondicionamento e descarte do lixo gerado na prestação dos serviços e de seus clientes, nos termos das normas aplicáveis, devendo, minimamente:

- I.** Disponibilizar lixeiras individuais com tampa e pedal, fabricadas em plástico resistente, volume mínimo de 20 (vinte) litros, em quantidade não inferior a 3 (três) unidades a serem alocadas em locais variados e de fácil acesso dos clientes.
- II.** Disponibilizar sacos plásticos em todas as lixeiras de uso comum dos clientes.
- III.** Retirar, quantas vezes forem necessárias e no horário adequado, o lixo resultante de suas atividades e de seus clientes, devidamente acondicionado em sacos plásticos, conforme normas técnicas de higiene. O lixo deverá ser retirado do ambiente e feita a disposição adequada quantas vezes se fizer necessário objetivando a total higiene e limpeza do local.

IV. Separar os lixos gerados, devendo proceder à respectiva destinação final mais adequada a cada tipo de lixo, atentando-se às questões de sustentabilidade e descarte de lixos contaminados.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Proceder ao descarte legal e sustentável ou reciclagem de produtos potencialmente nocivos ao meio ambiente.

SUBCLÁUSULA SEXTA - É vedada a subcontratação de empresas para execução dos serviços objeto deste Contrato.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - A UFLA avaliará, trimestralmente, o desempenho da **CONCESSIONÁRIA** quanto à qualidade dos serviços prestados, por meio da Avaliação de Desempenho . Anexo II, do Edital.

SUBCLÁUSULA OITAVA - A Avaliação de Desempenho será realizada pela comissão de fiscalização do contrato ou por servidores designados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão.

I. As supervisões que darão subsídio para a Avaliação de Desempenho serão realizadas nas dependências do estabelecimento, pelos componentes descritos no item anterior e acompanhadas pelo preposto e/ou responsável técnico da **CONCESSIONÁRIA**. A impossibilidade de acompanhamento das supervisões por funcionários da **CONCESSIONÁRIA** não será impedimento para realização das atividades.

II. Não haverá limites para a realização das supervisões, que serão realizadas em dias aleatórios pela comissão de fiscalização ou por servidor designado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão.

SUBCLÁUSULA NONA - A **CONCESSIONÁRIA** receberá documento contendo o resultado geral da Avaliação de Desempenho e terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento do documento, para interpor pedido de reconsideração do resultado. A reconsideração será avaliada pela comissão de fiscalização do contrato, em igual prazo. Caberá recurso junto à Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, em prazo não superior a 5 (cinco) dias contados do recebimento do resultado da reconsideração.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - Além do intuito balizador de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, os resultados da Avaliação de Desempenho serão utilizados pela UFLA para fins de instrução de processo administrativo, nos termos da Lei 8.666/93, para aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A **CONCESSIONÁRIA** terá, obrigatoriamente, a assistência de profissional que possua, no mínimo, curso de formação na área de salão de cabeleireiro, barbearia ou estética, na qualidade de responsável técnico.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Poderá ser mantido técnico responsável substituto, para os casos de impedimento ou ausência do titular, desde que observada a condição do tópico anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA É DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

São obrigações da **CONCEDENTE**:

- I. Entregar a área concedida limpa e desimpedida para início das atividades.
- II. Cuidar da limpeza e higiene diariamente da área de afluxo de pessoas.
- III. Disponibilizar acesso a energia elétrica.
- IV. Disponibilizar acesso a água.
- V. Disponibilizar acesso a central de gás.
- VI. Disponibilizar acesso a instalações para telefone.
- VII. Exercer fiscalização sobre os serviços objeto da concessão.
- VIII. Exigir, a qualquer momento, a apresentação das carteiras de trabalho dos funcionários de acordo com a legislação em vigor e outras documentações trabalhistas, bem como, o uso o obrigatório de uniforme estabelecido para o serviço e o uso de crachá de identificação.
- IX. Exigir da **CONCESSIONÁRIA** a correção na execução dos serviços com base nos preceitos da qualidade e presteza.
- X. Notificar, por escrito, a **CONCESSIONÁRIA**, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, solicitando providências para regularização das mesmas.
- XI. Manter arquivado, junto ao contrato, toda correspondência trocada entre as partes.
- XII. Manter firme e valiosa a concessão, desde que mantida as condições contratuais e qualidade dos serviços.
- XIII. Emitir os recibos de quitações do valor mensal da concessão, do consumo de energia elétrica e do consumo de telefonia, quando da apresentação do comprovante de recolhimento da GRU pela **CONCESSIONÁRIA**.
- XIV. Designar comissão de fiscalização composta por servidores da instituição para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;
- XV. Publicar o extrato deste Contrato no *Diário Oficial* da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

- I. Responsabilizar-se pelas adequações necessárias ao bom e regular funcionamento das atividades da área concedida e demais meios indispensáveis e necessários à realização das atividades fins.

- II. Manter pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de funcionários ou por qualquer outra razão. A **CONCESSIONÁRIA** deverá acatar a sugestão da comissão de fiscalização quando esta constatar que o número de funcionários estiver insuficiente para o bom andamento dos serviços.
- III. Planejar e executar o seu próprio Plano de Controle Médico e Saúde Ocupacional que contemple todos os funcionários.
- IV. Adequar a área de concessão, quando do início das atividades, com mobiliário confortável, bem como de adequada distribuição e organização do mesmo de forma a permitir o livre acesso e circulação dos usuários..
- V. Fornecer todos os equipamentos operacionais, utensílios e materiais diversos a serem utilizados na área de concessão, bem como a limpeza e manutenção preventiva e corretiva dos mesmos e de toda área física.
- VI. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) a todos os seus funcionários.
- VII. Identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade.
- VIII. Indicar um preposto responsável para responder pelo funcionamento da área de concessão.
- IX. Registrar todos os funcionários que trabalharão na área concedida nos termos da legislação trabalhista e previdenciária vigentes.
- X. Manter os seguros de responsabilidade e de acidentes pessoais, compatíveis com suas responsabilidades para com a UFLA, os usuários e para com terceiros.
- XI. Responder por todos os danos e prejuízos causados ao patrimônio da UFLA e de terceiros.
- XII. Fazer a manutenção interna da área de concessão nas instalações elétricas, hidráulicas, telefônica, exaustão, lógica e outras, sempre que necessário e às suas expensas.
- XIII. Informar à UFLA, por escrito, a relação de máquinas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços, bem como as suas potências e consumo de energia. Na substituição de algum equipamento por outro de maior potência deve também ser informado a UFLA.
- XIV. Primar pela utilização de equipamentos com certificado de consumo de energia ~~VA~~ emitidos pelo INMETRO.
- XV. Manter treinamento de pessoal na busca de permanente qualidade na prestação do serviço.
- XVI. Manter os funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá.
- XVII. Observar, rigorosamente, a legislação sanitária, do código de postura e tributária do Município, do Estado e da União, no que concerne à sua área de atuação.
- XVIII. Oferecer aos clientes produtos e serviços de boa qualidade, bem como manter o atendimento condizente com a demanda.
- XIX. Obter junto à Prefeitura Municipal de Lavras os alvarás de funcionamento e sanitário referentes à atividade de salão de beleza.
- XX. Manter afixado em quadro e em local visível ao público os alvarás de funcionamento e sanitário, expedidos pela Prefeitura Municipal de Lavras.

- XXI.** Nos serviços e produtos, que for possível, afixar seus respectivos preços, bem como manter a tabela de preços em local visível aos clientes.
- XXII.** Facilitar à comissão de fiscalização a inspeção da área física e da documentação probatória de regularização fiscal, sanitária, tributária, previdenciária, securitária e trabalhista, e as demais que por ela forem solicitadas.
- XXIII.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação.
- XXIV.** Responder pelas obrigações trabalhistas, previdenciária e securitária relativa aos seus funcionários utilizados na execução dos serviços.
- XXV.** Observar o horário de funcionamento estabelecido neste instrumento.
- XXVI.** Atender pedido, feito pela comissão de fiscalização, de fechamento das atividades comerciais durante períodos determinados, visando atender a conveniência de ordem administrativa da UFLA.
- XXVII.** Responsabilizar-se pelo pagamento da despesa oriunda do consumo de água e energia elétrica e telefonia.
- XXVIII.** Responsabilizar-se por seu próprio ponto para acesso à internet.
- XXIX.** Recolher:
- i. O valor referente ao aluguel por meio de Guia de Recolhimento da União . GRU, exclusivamente no Banco do Brasil, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.
 - ii. As taxas de energia elétrica, água e a tarifa de telefonia mensalmente, por intermédio de GRU, até a data de seus respectivos vencimentos.
 - iii. Caso solicitado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, da data da solicitação, caberá à **CONCESSIONÁRIA** comprovar perante a comissão de fiscalização o recolhimento dos valores acima descritos.
- XXX.** Cumprir as obrigações tributárias e emitir nota fiscal de prestação de serviços, independente da solicitação do cliente.
- XXXI.** Dispor de máquina de cartão de crédito e débito, mínimo de uma unidade, e jamais recusar-se a aceitar cartão dos clientes, qualquer que seja o valor da compra, ressalvada a hipótese de inoperância do sistema.
- XXXII.** Jamais indispor-se com a UFLA em virtude desta dispor o espaço externo e adjacente ao estabelecimento para apresentações artístico-culturais.
- XXXIII.** Restituir, nas mesmas condições que lhe foram entregues para uso, a área e instalações cedidas, quando oportunamente disposto pela UFLA.
- XXXIV.** Manter firme e imperioso o contrato, sendo vedado ceder, sublocar ou transferir a concessão de uso de espaço público celebrado entre a UFLA e a **CONCESSIONÁRIA** a terceiros.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONCESSIONÁRIA

- I. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Universidade Federal de Lavras.

- II. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Universidade Federal de Lavras.
- III. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- IV. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto desta licitação.
- V. A inadimplência do licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da Universidade Federal de Lavras a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual o licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Universidade Federal de Lavras.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA - Deverá a CONCESSIONÁRIA observar, também, o seguinte:

- I. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Lavras durante a vigência do contrato.
- II. É expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca desta licitação, salvo se houver prévia autorização da Administração da Universidade Federal de Lavras.
- III. É expressamente proibido a veiculação de publicidade em mesas, cadeiras, placas sem a prévia e expressa autorização da Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA É DO VALOR DA CONCESSÃO, DAS FORMAS DE PAGAMENTO E DOS REAJUSTES

O valor mensal para o ônus da concessão é de R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta de preços da **CONCESSIONÁRIA**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O valor mensal de que trata este item começará a ser contado a partir da data da vigência do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O pagamento do valor mensal estipulado, será efetuado pela **CONCESSIONÁRIA** mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), após parecer (avaliação) da Comissão de Fiscalização de Contrato.

SUBCLÁUSULA QUINTA - O pagamento das demais despesas, como telefone, gás, água, esgoto e energia elétrica será feito pela **CONCESSIONÁRIA**, em depósito na conta única da União, seguindo os parâmetros abaixo:

- I. O ressarcimento referente à utilização de água se dará por meio do cálculo da exata quantidade consumida pela **CONCESSIONÁRIA**, em m³, multiplicada pelo valor por unidade de medida que a **CONCESSIONÁRIA** de água e esgoto do município de Lavras aplicar à UFLA.
- II. O ressarcimento referente à utilização de energia elétrica se dará por meio do cálculo da exata quantidade consumida pela **CONCESSIONÁRIA**, em Kwh, multiplicada pelo valor por unidade de medida que a **CONCESSIONÁRIA** de energia elétrica do município aplicar à UFLA.
- III. O ressarcimento referente à utilização de gás do tipo GLP se dará por meio do cálculo da exata quantidade consumida pela concessionária, em Kg, multiplicada pelo valor por unidade de medida que o fornecedor de GLP licitado aplicar à UFLA.
- IV. No que tange ao ressarcimento de gastos com telefone, será disponibilizado à **CONCESSIONÁRIA** um ponto de ramal autorizado a realizar ligações apenas a outros ramais internos à UFLA. Neste sentido, considerando que, por ora, este tipo de ponto é contratado a %arifa zero+ para esta Universidade, não será cobrado da **CONCESSIONÁRIA** o ressarcimento referente a gastos com telefonia, todavia, caso ocorra alteração no contrato de telefonia desta instituição e esta %modalidade+ passar a gerar ônus, será cobrado o ressarcimento referente ao seu exato consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA É DO REAJUSTE

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Será admitido o reajuste do preço do aluguel, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta.

- I. Será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para cálculo do reajuste.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Será admitido o reajuste do preço dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta.

- I. Será utilizado o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) . Categoria Despesas Pessoais - divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cálculo do reajuste..

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Caberá à concessionária a iniciativa e o encargo do cálculo de cada reajuste, a ser aprovada pela UFLA, juntando-se os respectivos documentos comprobatórios.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Os reajustes a que a concessionária fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com encerramento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

A **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar o recolhimento do valor mensal pactuado de forma mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês, exclusivamente no Banco do Brasil, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser emitida, preenchida e impressa, fornecendo os dados conforme as instruções da Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - DCOF.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Após o preenchimento dos campos escolher a opção "emitir GRU simples" e imprimir a guia a ser paga. O pagamento deverá ser feito, exclusivamente, no Banco do Brasil S/A.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O preenchimento correto da GRU é de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. No caso de erros ou equívocos que resultem em pagamento para outro(a) órgão/unidade do Serviço Público Federal, a **CONCEDENTE** não tem meios de estornar o pagamento. A **CONCESSIONÁRIA**, antes de efetuar o pagamento, deverá conferir todos os dados da GRU emitida. Maiores informações no site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gru>

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Na hipótese de não pagamento dentro do prazo estipulado, será aplicada à **CONCESSIONÁRIA** as sanções estabelecidas na cláusula vigésima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, *caput*, e § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONCEDENTE** designará uma Comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A fiscalização de que trata o caput desta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONCEDENTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A CONCEDENTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto, se em desacordo com o disposto neste Instrumento.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela **CONCESSIONÁRIA**, sem ônus para a **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONCESSIONÁRIA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da **CONCEDENTE** em decorrência da prestação dos serviços.

SUBCLÁUSULA ÚNICA É A CONCEDENTE estipulará prazo à **CONCESSIONÁRIA** para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA É VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e o preposto da **CONCESSIONÁRIA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA É DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará o licitante vencedor às multas previstas neste item, sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o licitante vencedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação ou descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às sanções que se seguem:

I. Advertência:

- i. A advertência será aplicada por meio de comunicação escrita, para faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- ii. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a critério da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II. Multa:

- i. O atraso injustificado na execução de início dos serviços, sujeitará o licitante vencedor à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total

do contrato. Atingido este limite, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

ii. No caso de inexecução total da obrigação assumida sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, descontado o percentual aplicado no subitem acima.

iii. Para os demais descumprimentos das obrigações estabelecidas no contrato e nos seus anexos, bem como a recidiva advertência, sujeitará o licitante vencedor à multa de 0,1% a 0,5% (zero vírgula um a zero vírgula cinco por cento), a critério da Administração, por ocorrência sobre o valor remanescente do contrato.

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Lavras, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração da Universidade Federal de Lavras pelos prejuízos resultantes.

V. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas previstas. As sanções estabelecidas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente.

VI. Pelos motivos que se seguem, principalmente, o licitante vencedor estará sujeito às penalidades tratadas acima:

i. Pela recusa injustificada em assinar o contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93.

ii. Pelo atraso no início da execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito.

iii. Pelo descumprimento de alguma das cláusulas e dos prazos estipulados neste Edital e em sua proposta.

VII. Além das penalidades citadas, o licitante vencedor ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Universidade Federal de Lavras e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

VIII. Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificados e aceitos pela Universidade Federal de Lavras, em relação a um dos eventos arrolados no caput e na subcláusula única da presente cláusula, o licitante vendedor ficará isento das penalidades mencionadas.

IX. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Universidade Federal de Lavras poderão ser aplicadas ao licitante vencedor juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV do art. 80 do mesmo diploma legal.
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta licitação, desde que haja conveniência para a Administração da Universidade Federal de Lavras.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Administração adquirir o objeto licitado de licitantes classificados em colocação subsequente, observadas as disposições constantes no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

A execução deste Instrumento, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinando com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à **CONCEDENTE** providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no *Diário Oficial* da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

Por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal e do art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução deste Contrato é o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA É DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar o seu objeto.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA . A inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** com referência a encargos previstos em lei, não transfere à **CONCEDENTE** a responsabilidade por seu pagamento, conforme o mandamento que emerge do § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA . É vedada a subcontratação total do objeto de que trata este Instrumento.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais e de Justiça, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Local e Data.

Pela CONCEDENTE::

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Reitor

Pela CONCESSIONÁRIA:

(Cargo/Função)

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: